

Imperialismo económico?

Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975 — A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press, 1985, IX + 246 páginas **

Nas suas intenções, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975* é antes de mais um livro de tese: reagindo contra os que vêem no colonialismo português recente (séculos XIX-XX) o exemplo acabado de um imperialismo não económico, radicando-o em motivos de prestígio ou de orgulho nacional, e contra os que consideravam a acção de Portugal em África uma simples manifestação reflexa dos interesses da Grã-Bretanha (explicações que a sua anterior experiência de investigador da história angolana fazia ter como altamente insatisfatória), Clarence-Smith defende que a «força motriz subjacente à expansão imperialista» estava num «novo mercantilismo» — a «procura de mercados», a que se acrescentaria uma «preocupação constante» com a carência de divisas (p. VII) —, ideia que tenta demonstrar através da análise da evolução do império a partir da data do reconhecimento de independência do Brasil até à descolonização. Como é natural, atendendo à hipótese subjacente, privilegiam-se nessa análise os interesses, as motivações e as políticas de índole económica, embora sem pôr de lado de todo em todo factores de outra ordem. A informação necessária, neste domínio ainda pouco explorado pela historiografia, procura-a G. Clarence-Smith, quer no escasso número de estudos disponíveis, quer num vasto conjunto de fontes primárias impressas (relatos diversos, obras de intervenção, biografias, relatórios), juntando-lhe como contribuição específica a elaboração de séries estatísticas referentes ao comércio colonial (importações da metrópole, exportações para o ultramar, reexportações de artigos coloniais para o estrangeiro).

Os elementos assim recolhidos permitem ao autor distinguir na vida do império português em África seis fases diferentes, que correspondem a outros

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Foi recentemente publicada uma versão portuguesa de *The Third Portuguese Empire, 1825-1975* pela editora Teorema. A péssima qualidade da tradução (da autoria de Maria João Pinto), que deturpa irremediavelmente o texto original, levou-me a fazer esta recensão tomando este último como referência.

tantos capítulos, em cada um dos quais nos são sucessivamente referidos a política colonial e os interesses metropolitanos nela envolvidos, os fluxos mercantis (produto a produto) e a situação económica e social das colónias, consideradas individualmente, incluindo as da Ásia.

Formalmente homogéneos, tais capítulos apresentam-se-nos, no entanto, algo desiguais no tratamento de fundo da informação que fornecem: sob esse ângulo, os mais convincentes são, sem dúvida, os respeitantes ao século XIX, em detrimento dos que se ocupam da 1.^a República e do Estado Novo, que reflectem o atraso da historiografia sobre as épocas em causa, mais acentuado ainda à data da elaboração do livro, na primeira metade da década de 80.

Particularmente bem conseguido nos parece o segundo capítulo — uma boa síntese da situação do império logo após a independência do Brasil, entre 1825 e 1850. Clarence-Smith descreve com algum pormenor os circuitos mercantis tradicionais próprios de cada região, nomeadamente em Angola e Moçambique (e, de modo menor, em Cabo Verde e Guiné), os relacionados com o tráfico de escravos numa época de forte pressão abolicionista, promovida pela Grã-Bretanha, e, na Ásia, os centrados no comércio do ópio, enviado do subcontinente indiano para a China, no qual as possessões portuguesas tinham a sua parte. Sobrepondo-se às realidades mais antigas, emergem de forma ainda muito incipiente as novas tendências, de que seriam indícios a exportação de marfim e outros artigos de Angola para Portugal e o aumento da produção de café e cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe. Do ponto de vista da metrópole, o clima da actividade colonial é de depressão profunda, como refere Clarence-Smith, que acentua, em especial, a falência das finanças imperiais provocada pela ilegalização do tráfico de escravos e a forte contracção do comércio externo subsequente à perda do exclusivo no Brasil e à quebra das relações mercantis com o Oriente. Mais do que de crise, é de ruptura que se trata — do fim de um império, de que restam apenas as ruínas, pedaços esparsos sem nexos entre si e sobretudo sem ligações com o território europeu. Implícita no próprio título do livro, esta solução de continuidade não está talvez suficientemente marcada no texto.

Só no 3.^o quartel do século — fase a que corresponde o terceiro capítulo do livro — se criam, de facto, as condições para o arranque de um novo projecto colonial. Clarence-Smith distingue nesse projecto duas linhas divergentes, que se sucedem no tempo. A primeira, formulada já desde os anos 30 por Sá da Bandeira, tinha um cariz expansionista, visando o controle da zona do estuário do Congo e a ligação entre Angola e Moçambique, e proteccionista, procurando criar em África mercados reservados para a navegação, o comércio, a indústria e a agricultura portugueses, do mesmo passo que as possessões se tornariam uma fonte privilegiada de matérias-primas e de produtos para reexportação. A segunda, nascida do fracasso da primeira e de dificuldades conjunturais (crise financeira, desastres militares em Moçambique) e defendida na década de 70 sobretudo pelo ministro Andrade Corvo, caracterizava-se pelo abandono dos planos de expansão por via militar

e por uma relativa liberalização das pautas das colónias, às quais se concedia maior autonomia administrativa e municipal.

Como o próprio autor acentua, era por vezes muito ténue a relação entre os projectos coloniais, bem como dos debates por eles gerados na metrópole, e o que se passava na realidade nos domínios de África. Se nos cingirmos ao campo económico, o impacto da nova política parece ter sido negativo, pelo menos a curto prazo, levando a uma quebra tanto da percentagem das importações provenientes do império no total dos bens de consumo vindos do exterior como das exportações para o ultramar e, dentro destas, dos produtos «nacionais e nacionalizados». Pode, no entanto, perguntar-se se tais variações, registadas, aliás, sobre números absolutos muito baixos, resultam, de facto, das mutações pautais ou de factores de outra índole — uma dúvida a que só um estudo global do comércio externo português da época, por um lado, e de toda a actividade colonial, por outro, poderia dar resposta. Seja como for, o ponto importante reside, não nas flutuações percentuais, mas na escassez de resultados, em termos absolutos: segundo os cálculos de Clarence-Smith, o Brasil continuava nesta fase a ser muito mais importante para Portugal do que o império. Embora interessassem sectores de relevo (sobretudo os têxteis e o vinho), as exportações para África não ultrapassavam valores muito limitados; as reexportações de urzela, marfim e cera, base da actividade de um núcleo de casas comerciais de Lisboa, conheciam algumas dificuldades para o fim do período; nas colónias, o sector das plantações tinha ainda dimensões reduzidas; o investimento metropolitano era escasso, apesar da fundação do Banco Nacional Ultramarino em 1864.

Analisado no quarto capítulo do livro, o período que vai de 1880 a 1910 traz algumas mutações de fundo, tanto no plano da política colonial como no da evolução económica concreta. Estamos então em plena época da «partilha de África»; e, para Clarence-Smith, o impulso que leva Portugal a nela participar não difere do que é muitas vezes avançado para explicar o súbito interesse das grandes potências pelo continente africano: a crise económica, a «recessão capitalista» iniciada em 1873, que terá conduzido à expansão imperialista, como forma de obter novos mercados protegidos. A única particularidade do caso português estaria nas posições em África de que o país já dispunha à partida, que lhe permitiram obter uma parte desproporcionada do território em disputa. No campo económico, a política colonial da fase da partilha traduziu-se naquilo a que o autor chama um «novo mercantilismo», marcado sobretudo pelas pautas altamente proteccionistas de 1892, à sombra das quais cresceram para números já significativos as exportações de têxteis e de vinho para as colónias e as reexportações de produtos coloniais (cacau, café e borracha), representando estas últimas uma fonte de divisas vital, numa altura de ruptura nos pagamentos ao exterior.

Muito frágil, este desenvolvimento de finais do século não teve continuidade: para Clarence-Smith, os anos da 1.^a República correspondem a um «declínio imperial», expresso na quebra das exportações portuguesas para os territórios africanos, na crise das reexportações de artigos coloniais e na

falência das finanças públicas ultramarinas. Mas o diagnóstico talvez devesse ser matizado — na medida em que os anos de 1910 a 1926 são também os do impulso final da ocupação efectiva e do começo da passagem do sistema de administração militar ao de administração civil, factores importantes de afirmação imperial. Por outro lado, parece-nos demasiado estreita a relação que Clarence-Smith estabelece entre a crise da economia colonial e as políticas seguidas, nomeadamente no domínio pautal. Muitos dos problemas então surgidos — o caso mais claro é o da inflação dos anos 20 — estão longe de poder ter-se como privativos de Portugal e das suas colónias, o que incita, obviamente, a procurar-lhes causas de ordem geral. Quanto aos factores específicos, grande parte deles escapavam à esfera da acção governamental — como acontecia com a crise da borracha colhida no interior de Angola, que não resistiu à concorrência da proveniente das plantações do Extremo Oriente. Provavelmente, dessa crise derivaram, por reflexo, as dificuldades então sentidas nas exportações de têxteis metropolitanos. Numa perspectiva mais genérica, seria de averiguar se na raiz do declínio das relações comerciais entre a metrópole e o ultramar nesta fase não estará sobretudo uma mutação de fundo então em curso: a passagem de um sistema baseado no comércio de trânsito de produtos espontâneos recolhidos no interior do continente africano para um outro centrado já na economia de plantação e na exploração mineira.

Iguais ou maiores reservas nos merecem os dois últimos capítulos do livro, dedicados ambos ao Estado Novo (com a linha divisória entre eles estabelecida em 1961, data de eclosão da guerra colonial). É certo que, nas suas linhas mais gerais, o quadro aí traçado — reforço das relações económicas entre a metrópole e as colónias a partir da Segunda Guerra Mundial; auge dessas relações na década de 50, com o aumento das remessas de têxteis e de vinho, acompanhado da diversificação das exportações; arranque da produção do algodão colonial; emigração relativamente importante para o ultramar; começo do processo de industrialização em Angola e Moçambique — parece não merecer reparos. Mas tudo o que vai além disso tende a perder-se na análise sector a sector, produto a produto, sobrevoando demasiado facilmente fases diversas do Estado Novo, ficando-se por interpretações por vezes pertinentes, mas sempre parcelares, pelo que escapa ao leitor a lógica da evolução global. Manifestamente, a tentativa de fazer a síntese de um período tão complexo e tão mal estudado até então pela historiografia aproximava-se da tarefa impossível.

Concluída a análise, resta ponderar em que medida ela contribui para resolver as questões de ordem geral suscitadas pelo próprio Clarence-Smith, quer no prefácio, quer no primeiro capítulo do livro (que lhe serve, simultaneamente, de introdução e de conclusão). Consiste uma delas em saber se Portugal teria ganho ou perdido com o terceiro império — problema de difícil resposta, mesmo se nos limitarmos ao campo económico, envolvendo a elaboração de hipóteses contrafactuais de resultados sempre discutíveis, pelo menos a um nível tão genérico, que implica a consideração de múltiplas variá-

veis. Poderia perguntar-se, por exemplo, se o país não beneficiaria da transferência das despesas públicas com as colónias para outros sectores, nomeadamente o ensino; mas nada assegura que, na ausência de império, fosse esse o destino das somas por isso poupadas (ou seja, seria necessário entrar em conta com factores de índole social e política dificilmente integráveis na hipótese contrafactual). Clarence-Smith contenta-se com uma ideia aproximativa: a de que Portugal «teria sido provavelmente um tanto mais pobre e menos desenvolvido sem as colónias», a manter-se como unidade económica isolada. No entanto, para o autor, haveria uma via mais favorável, que a existência do domínio ultramarino terá contribuído para afastar — a federação ibérica, que poderia ter nascido de um processo análogo aos que levaram à formação da Itália e da Alemanha. A essa opção se teriam oposto interesses vários, entre eles, e de forma determinante, os coloniais.

Parece evidente, porém, que neste como noutros pontos Clarence-Smith subestima o peso da ideologia nacionalista — a ideologia que dá o impulso tanto à expansão imperial como às resistências à união peninsular, e que não é redutível aos factores económicos. É, aliás, perfeitamente natural e legítimo que um trabalho dedicado à evolução da economia do terceiro império não preste senão uma atenção superficial a outros aspectos da realidade. Mas é também óbvia a impropriedade de extrair conclusões gerais de uma análise parcelar. Oponível a vários passos concretos do livro, esta reserva vale sobretudo para a sua tese de fundo, segundo a qual a «força motriz» da expansão estaria na procura de mercados, num novo «mercantilismo». Tal ideia só poderia ser eventualmente aceite depois de sopesados todos os factores, de estudadas as condições em que surge e se desenvolve o projecto colonial para África, nas suas várias versões e nas suas diversas fases e nas suas relações não apenas com a economia, mas também com a política portuguesa no seu todo.

Contestar a tese mais geral do *The Third Portuguese Empire* não significa de modo algum negar-lhe o mérito no âmbito da pesquisa levada a cabo por Clarence-Smith: pela muito boa síntese da vida económica do império no decurso do século XIX, pela grande massa de informações que nos dá, com destaque para o estudo dos fluxos mercantis coloniais, o livro representa um importante contributo para a historiografia do colonialismo português moderno, fornecendo um quadro geral indispensável ao arranque de novas investigações.